

**O Etnofederalismo e a Formação das Repúblicas Soviéticas:
Reflexões sobre a Questão Nacional e os Impactos das Políticas Étnicas
Adotadas após a Revolução Russa**

Vicente Giaccaglini Ferraro Junior¹

Introdução

O avanço de movimentos nacionalistas no Leste Europeu e o desmantelamento de dois impérios multinacionais no início do século XX, respectivamente o Otomano e Austro-Húngaro, acirram os debates sobre a chamada “questão nacional” na Rússia. Antes mesmo da Revolução de Outubro de 1917, a situação das diversas minorias étnicas que habitavam a periferia do Império Russo já preocupava os círculos bolcheviques. Em seus manuscritos, Lenin e Stalin ressaltaram que a remodelação das relações da Rússia central com a periferia era imprescindível para pôr fim ao imperialismo colonial. Nessa direção, um dos primeiros documentos adotados pelo governo soviético, ainda em novembro de 1917, foi a Declaração dos Direitos dos Povos da Rússia, garantindo importantes prerrogativas às diversas nacionalidades do extinto Império.

No período pós-Revolução as relações centro-periferia viriam a ganhar relevância ainda maior, uma vez que o apoio das regiões ao novo governo era decisivo para sustentar o regime estabelecido e frustrar as tentativas de forças restauradoras em retomar o poder. Importantes reformas foram adotadas visando ampliar a participação das etnias não-russas na administração pública das regiões periféricas – dentre as principais, a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1922. Ao longo dos quase 70 anos de existência, a URSS presenciou tanto momentos de empoderamento político-administrativo das minorias, quanto projetos de “russificação” e opressão, que viriam a exercer forte influência no seu desmantelamento em 1991. Grande parte dos conflitos etno-separatistas verificados no Espaço Pós-Soviético, inclusive a atual guerra no leste da Ucrânia, estão em parte relacionados às políticas etnonacionais desse período.

Diante do exposto, este artigo tem por objetivo analisar como a concepção étnica de nacionalidade deu origem a uma nova divisão administrativa da Rússia, além do impacto das principais políticas étnicas adotadas pelo regime socialista. Por questões metodológicas, o trabalho foi segmentado nas seguintes seções: I. A questão étnica e nacional na Rússia pré-Revolução; II. A criação da URSS e o processo de “nativização” dos

¹ Vicente Giaccaglini Ferraro Junior é mestre em Ciência Política pela *Higher School of Economics* (HSE) de Moscou. Tem diversas pesquisas publicadas nas áreas de política da Rússia e do Espaço Pós-Soviético, bem como de interações socioeconômicas em regiões de fronteira. Contato: vgferraro.jr@hotmail.com.

anos 1920; III. A “russificação” soviética; IV. O etnonacionalismo e a dissolução da URSS; V. As tensões étnicas e os conflitos do Espaço Pós-Soviético; VI. O etnofederalismo na Rússia contemporânea.

I. A questão étnica e nacional na Rússia pré-Revolução

A partir do século XVI, o território russo, até então restrito aos domínios do principado de Moscou na Europa Oriental, expandiu-se rapidamente em direção à Sibéria, incorporando diferentes povos e tribos que antes constituíam o Império Mongol. Em meados do século XVIII, a Rússia já possuía praticamente o seu território atual e, nos anos seguintes, viria a incorporar regiões da Ásia Central e do Cáucaso. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial o Império englobava, inclusive, os Reinos da Polônia e da Finlândia. No censo de 1897 constatou-se que 146 línguas e dialetos eram falados pelas inúmeras etnias que compunham o amálgama cultural russo (TISHKOV, 1997, p.29).

Os diferentes povos que habitavam a periferia não-europeia do Império eram denominados *inorodtsi*², e possuíam um status administrativo especial na sociedade estamental imperial. Os Estatutos de Administração dos *Inorodtsi* e dos Quirguizes Siberianos (1822) distinguiram as diversas etnias em “nômades” e “sedentárias”³, conferindo determinados direitos de organização e autogestão. Apesar dos distintos graus de autonomia, o controle dos governos regionais estava quase sempre nas mãos de um burocrata russo diretamente ligado ao governo central, em uma espécie de hierarquia colonial. Tais regiões passaram por diferentes processos de “russificação”, com a expansão da língua russa e do cristianismo ortodoxo em maior ou menor grau. Segundo o antropólogo Valeriy Tishkov,

[...] em relação aos *inorodtsi* a política da monarquia russa baseou-se na opressão social e na assimilação cultural. A apropriação das terras habitadas pelas populações nativas era uma prática comum: transmitiam-nas ao Estado e aos grandes proprietários e monastérios, os quais constituíam um dos principais instrumentos de difusão da religião ortodoxa. [...] Diferentemente dos impérios coloniais clássicos, a metrópole do Império Russo não estava geograficamente distante das periferias colonizadas. Além disso, a população das periferias étnicas era extremamente diversa em termos de modernização e consolidação da organização política. [...] Muitos representantes da periferia foram incorporados à elite russa. A nobreza e os líderes políticos e religiosos locais mantiveram o controle social sobre os membros de seus grupos, além de estabelecerem uma aliança especial com a elite imperial russa (TISHKOV, 1997, p.27).

² *Inorodtsy* – “outros povos”, nome dado às etnias que habitavam as periferias asiáticas do Império Russo.

³ Os estatutos estabeleceram duas categorias de “nômade”.

Os movimentos nacionalistas que se espalharam pelo Leste da Europa no início do século XX atingiram regiões periféricas da parte ocidental do Império Russo. Para os intelectuais marxistas, o nacionalismo e a formação de estados-nação era uma tendência inevitável do avanço do capitalismo, que colocaria fim aos impérios multinacionais e coloniais. O sucesso da revolução no Ocidente estaria atrelado ao princípio de autodeterminação dos povos e a uma aliança com o movimento anti-imperialista de libertação das colônias e dos países dependentes. Nesse contexto, os círculos bolcheviques passaram a dar destaque à questão étnica e nacional do Império, especificamente a como descolonizar a periferia. Foram delineados os princípios que viriam a embasar o conceito étnico de nacionalidade e a política soviética para as regiões periféricas da Rússia. Em um manuscrito publicado pela primeira vez em 1913, Joseph Stalin definiu “nação” como *“uma comunidade estável, historicamente constituída, de língua, de território, de vida econômica e de formação psíquica, que se traduz numa comunidade de cultura”* (STALIN, 1946, p.295-t.1). As diversas comunidades étnicas que habitavam a Rússia deveriam participar diretamente na administração das instituições públicas, educacionais e culturais de seus territórios. Como veremos a seguir, essas concepções ideológicas tiveram impacto direto nas políticas étnicas adotadas após a Revolução.

II. A criação da URSS e o processo de “nativização” dos anos 1920

A Declaração dos Direitos dos Povos da Rússia, adotada pelo Conselho do Comissariado do Povo da Rússia Soviética em novembro de 1917, preconizou quatro princípios que norteariam os primeiros anos do novo regime: 1) Igualdade e soberania dos povos da Rússia; 2) Direito dos povos da Rússia à autodeterminação e, até mesmo, à independência e formação de novos estados; 3) Abolição de todos os privilégios e restrições nacionais (étnicas) e religiosas; 4) Livre desenvolvimento das minorias nacionais e dos grupos etnográficos que habitavam o território da Rússia⁴. Pelo menos nesse momento inicial, foi garantida a liberdade religiosa para os povos muçulmanos. Stalin, de etnia georgiana e um dos precursores do movimento revolucionário, ocuparia o posto de Comissário do Povo para os Assuntos das Nacionalidades até 1923.

O resultado direto da nova doutrina de Estado marxista foi a independência da Finlândia, Polônia, províncias bálticas, partes da Ucrânia, Cáucaso e regiões cossacas. Logo o novo governo se deu conta das consequências geopolíticas catastróficas que tal orientação poderia acarretar e passou a adotar uma política mais pragmática em relação às

⁴ *Deklaratsiya prav narodov Rossii, prinyataya Sovietom narodnikh komissarov RSFSR* 15.11.1917.

minorias. Em um manuscrito de 1920, Stalin declarou que “a Rússia Central, baluarte da revolução mundial, não poderia se sustentar por muito tempo sem o apoio das periferias, ricas em recursos naturais, combustíveis e alimentos. Por sua vez, as periferias da Rússia estariam condenadas a cair nas mãos do jugo imperialista [das potências capitalistas] se não contassem com a ajuda política, militar e organizacional da relativamente mais desenvolvida Rússia Central” (STALIN, 1947, p.351-T.4). Nessa etapa da Revolução, a secessão das regiões periféricas não condizia mais com os “interesses das massas populares”, ou seja, tais demandas seriam “contrarrevolucionárias”.

A solução encontrada pelos bolcheviques para “descolonizar” a Rússia sem perder territórios foi a criação de um complexo sistema federativo que conferiria distintos graus de autonomia territorial às etnias das periferias – por esse motivo, o sistema soviético ficou conhecido como “etnofederalismo”. As províncias do Império Russo foram reorganizadas com base em critérios etnonacionais e, em 30 de dezembro de 1922, foi assinado o tratado de formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas⁵ por quatro repúblicas – as Repúblicas Socialistas Federativas Soviéticas (RSFS) da Rússia e do Transcáucaso e as Repúblicas Socialistas Soviéticas (RSS) da Ucrânia e da Bielorrússia.

Vale destacar que as repúblicas federativas se distinguiam das comuns por abrigarem em seus territórios as chamadas “repúblicas autônomas socialistas soviéticas”, “*oblasts* autônomos” e “distritos autônomos” – regiões étnicas com menor grau de autonomia em relação às repúblicas da União, mas com maior grau (além de status e vínculos diretos com Moscou) se comparado às demais regiões “não-étnicas”. Em 1924-1925, após a derrota de alguns movimentos separatistas e islâmicos na Ásia Central, foram formadas mais três Repúblicas Socialistas Soviéticas (RSS) – o Turcomenistão e o Uzbequistão, o qual deu origem à RSS do Tadjiquistão em 1929. As RSS do Cazaquistão e do Quirguistão viriam a ser formadas somente em 1936, com o desmembramento da RSFS da Rússia. No mesmo ano, a RSFS do Transcáucaso seria extinta, dando origem às RSS da Armênia, Azerbaijão e Geórgia. Toda essa complexa federalização não se limitou a critérios puramente étnicos e culturais, mas também a fatores políticos, como as relações das elites locais com o centro e a existência de movimentos autonomistas mais proeminentes. Em muitas divisões administrativas, traçadas artificialmente, foram alocados povos de diferente etnias, o que contribuiria para um elevado grau de tensão étnica décadas depois (TISHKOV, 1997).

Retomando a processo de “descolonização” dos anos 20, é imprescindível mencionar a política de “nativização” (*korenizatsiya*) direcionada às então recém-formadas repúblicas soviéticas. Foram criados órgãos administrativos e governamentais, tribunais,

⁵ Em 1924 o tratado passou a integrar a primeira constituição soviética.

imprensa, escolas, teatros e outras organizações que obrigatoriamente deveriam ser lideradas por indivíduos locais, conhecedores da língua e costumes culturais de suas regiões. Para exemplificar, na Ucrânia foram criadas escolas que lecionavam em ucraniano, as lideranças partidárias e governamentais deveriam falar ucraniano, conhecer as tradições locais. Esse período conheceu um processo inverso ao de “russificação” – foi marcado por projetos de “ucrainização”, “bielorrussificação”, “georgificação”, dentre outros, que obtiveram diferentes graus de êxito e resistência. As elites bolcheviques acreditavam que a “nativização” e a autonomia nacional-territorial⁶ seriam os melhores instrumentos para conectar as periferias ao centro – a “sovietização” e a preparação de quadros para os Partidos Comunistas regionais deveriam ser realizadas diretamente por representantes das minorias étnicas regionais, e não por indivíduos alheios a elas. Stalin defendeu essas medidas como a única maneira de apaziguar as relações das minorias com os russos étnicos:

Para reforçar essa união, é necessário liquidar o isolamento das periferias, o caráter patriarcal, a ignorância e a desconfiança em relação ao centro, consubstanciada nessas regiões como herança da brutal política czarista. O czarismo intencionalmente propagou a opressão patriarcal e feudal nas periferias para manter as massas na escravidão e na ignorância. [...] O czarismo censurou ou simplesmente aboliu escolas locais, teatros e instituições educacionais para manter as massas na escuridão. [...] Com tudo isso, o czarismo despertou nas massas nacionais [étnicas] locais um profundo sentimento de desconfiança, em alguns casos levando a relações hostis a tudo o que é russo. Para solidificar a união da Rússia central com as periferias é necessário acabar com essa desconfiança, criar uma atmosfera de compreensão mútua e de confiança fraternal. (STALIN, 1947, p.355-t.4).

Esse processo de descolonização e sovietização da periferia deveria se “elástico”, adaptável a cada caso, levando em conta os diferentes “níveis de desenvolvimento” histórico, cultural e econômico dos inúmeros povos. Stalin mencionou como exemplo a política de ocupação das grandes residências: se para a população do Azerbaijão o lar é intocável, sagrado, então essa política deve ser implementada de maneira indireta e com mais cuidado do que nas regiões russas. Na prática, tal elasticidade cultural foi pouco observada. A política de “nativização” (*korenizatsia*) deu lugar a projetos de russificação e opressão nas décadas seguintes do regime stalinista. Contudo, é inegável que esse período contribuiu para a formação identitária e cultural de nacionalidades que praticamente não existiam anteriormente. Segundo o antropólogo Valeriy Tishkov, a engenharia social no período da *korenizatziya*

[...] consistiu em um verdadeiro inventário de etnonações, o que implicou na criação de ‘nações’ onde necessário. Afinal, em muitas regiões soviéticas o mosaico cultural nunca apresentara fronteiras definidas e a etnicidade fora

⁶ Décadas depois, a República Popular da China adotou um sistema etno-administrativo semelhante ao soviético.

subjugada por outras formas de identidade [como clãs e filiações dinásticas, religiões e identidades locais e regionais]. (TISHKOV, 1997, p.29).

Para concluir essa seção, podemos constatar que o bolchevismo canalizou tendências típicas da Europa para a Ásia. No início do século XX, as periferias ocidentais da Rússia já haviam sofrido influência dos movimentos nacionalistas do Leste Europeu, mas a parte asiática estava praticamente alheia a esse momento histórico. A “nativização” formou o embrião de movimentos que viriam a ganhar força décadas depois.

III. A “russificação” soviética

O processo de “nativização” dos primeiros anos após a Revolução não perdurou por muito tempo. Nos anos 1930, a política etnonacional soviética passou por uma drástica reviravolta, abrindo espaço para uma intensiva russificação de diversas etnias. Em muitas regiões importantes membros das elites intelectuais nacionais foram reprimidos e, em alguns casos, divisões administrativas etnonacionais foram abolidas. Um decreto de 1938 obrigou o ensino da língua russa em todas as escolas das repúblicas e *oblasts* autônomos, alegando que, “*dado o caráter multinacional da URSS, o conhecimento da língua russa era imprescindível para a comunicação entre as diversas nacionalidades e o seu desenvolvimento econômico; para o aperfeiçoamento do conhecimento científico e técnico dos quadros nacionais; e para um adequado serviço militar nas fileiras do Exército Vermelho e da marinha soviética*”⁷.

Uma das medidas mais repressivas do período stalinista foi a deportação de dezenas de nacionalidades para regiões da Ásia Central e da Sibéria pelo NKVD⁸, órgão predecessor do KGB⁹. Inicialmente tal política se ateve a algumas regiões de fronteira: em 1936 foram deportados para a Ásia alemães e poloneses que habitavam o extremo oeste da Ucrânia, e, em 1937, o mesmo ocorreu com os coreanos do extremo leste. Com a invasão alemã na Segunda Guerra Mundial, as deportações atingiram uma escala sem precedentes: diversos povos do Cáucaso (principalmente os chechenos e inguches), além dos tártaros da Crimeia, foram acusados de colaborar com os ocupantes nazistas. Os “assentados especiais” (*spetsposelentsy*), como eram chamados os deportados, poderiam ser condenados a 20 anos de trabalho forçado caso tentassem regressar a suas terras. Ao longo da década de 1950 tais medidas foram sendo revogadas, mas a reabilitação oficial

⁷ *Postanovlenie SNK SSSR, TsK VKP (b) ot 13.03.1938 N 324 "Ob obyazatelnom izutcheniy russkogo yazyka v shkolakh natsionalnykh respublik i oblastey"*. URL: <http://lawru.info/dok/1938/03/13/n1195090.htm>. Último acesso: 02.06.2017.

⁸ NKVD – Comissariado do Povo para Assuntos Internos.

⁹ KGB – Comitê de Segurança Estatal.

desses povos só ocorreu em 1991. Algumas divisões administrativas etnonacionais nunca foram restabelecidas¹⁰.

Em 1940, pouco antes da invasão nazista, a URSS deu início a uma campanha expansionista que elevou o número de repúblicas da União. Com a anexação da Bessarábia, até então território romeno, formou-se a República Socialista Soviética da Moldávia; a anexação dos países Bálticos deu origem às RSS da Lituânia, Letônia e Estônia; e de parte da Finlândia à RSS Carelo-Finlandesa – essa última foi posteriormente rebaixada ao status de “república autônoma”¹¹, integrante da RSFS da Rússia¹². Essas novas regiões passaram por um acelerado processo de russificação e coletivização, tendo diversas lideranças nacionais reprimidas.

Os anos que sucederam à Segunda Guerra e à “desestalinização” viram uma expansão ainda mais rápida da língua russa nas regiões de nacionalidades (etnias) não-russas. Diversos fatores concorreram para tal situação, dentre eles:

- **O fator migratório.** Russos e outras etnias eslavas migraram para as periferias. No Cazaquistão, por exemplo, os cazaques foram gradualmente deixando de constituir a maioria. As deportações stalinistas tornaram o mosaico cultural de algumas regiões ainda mais complexo. A língua russa veio a se consolidar como meio de comunicação interétnica.
- **O fator educacional.** O ensino superior na maioria das instituições, especialmente nas de maior prestígio, era em russo. Portanto, o conhecimento da língua russa era fundamental para ingressar na universidade. Era comum que os próprios pais preferissem matricular os seus filhos em escolas russas, tendo em vista o leque de opções que eles teriam no futuro.
- **O fator profissional.** As empresas públicas, estruturas partidárias e órgãos de governo possuíam vínculos direto com Moscou, em um sistema significativamente centralizado. Para ascender na carreira, o conhecimento do russo era imprescindível.
- **O fator social.** Com todas as benesses mencionadas, o russo adquiriu o status de “língua de prestígio”, associado à modernização, educação e bons empregos. Por sua vez, as línguas locais foram em grande parte estigmatizadas. O número de escolas que lecionavam suas línguas, bem como a tiragem de jornais e livros, caiu em várias regiões.
- **O fator político.** As autoridades centrais incentivavam a difusão do russo como meio de se consolidar uma identidade supranacional “soviética”. Em certa ocasião, o líder Nikita

¹⁰ Outro momento polêmico que até hoje gera intensos debates é a grande fome, conhecida como *holodomor*, que assolou a Ucrânia e algumas partes da Rússia e do Cazaquistão no começo dos anos 1930, deixando milhares de mortos. Historiadores e intelectuais ucranianos afirmam que o fenômeno foi intencionalmente provocado pelas autoridades soviéticas como parte de uma “limpeza” étnica. Por sua vez, o governo russo contesta, alegando que outras partes da URSS também passaram pelo mesmo problema.

¹¹ República Autônoma Socialista Soviética da Carélia.

¹² Vale mencionar que em 1944 a República Popular de Tuva aderiu à RSFS da Rússia, formando o *Oblast* Autônomo de Tuva.

Khrushchev mencionou: “quanto mais rápido nós todos começarmos a falar russo, mais rápido construiremos o comunismo”¹³.

O tão propagado processo de “fusão de nações” (sovietização), por que a URSS estaria passando a fim de consolidar uma identidade multi- ou supranacional, pode ser interpretado como um processo direto de “russificação”. No XXII Congresso do Partido Comunista em 1961, Khrushchev fez uma alusão às condições mencionadas por Stalin para se constituir uma “nação”. A sociedade soviética estaria reunindo praticamente todas elas:

Na URSS formou-se uma nova comunidade histórica de indivíduos de diferentes nacionalidades que possuem características comuns – o povo soviético. Eles possuem uma pátria socialista comum – a URSS, uma base econômica comum – a economia socialista, uma estrutura social comum, uma visão de mundo comum – o marxismo-leninismo, um objetivo comum – a construção do comunismo, muitas aspirações e traços psíquicos comuns.¹⁴

De maneira semelhante, Leonid Brezhnev mencionou em diversas ocasiões a formação dessa identidade soviética, que foi utilizada como instrumento de propaganda – ora definida como uma “comunidade internacional”, ora como uma “supranação”. No preâmbulo da Constituição Soviética de 1977, consta que a sociedade soviética é uma “sociedade de relações socialistas maduras, na qual, com base na aproximação de todas as nações e nacionalidades, formou-se uma comunidade histórica de indivíduos – o povo soviético”¹⁵.

Elementos históricos e simbólicos comuns, como a vitória na Segunda Guerra e a conquista do espaço, sem dúvida serviram para criar um vínculo identitário entre as diferentes etnias que habitavam a URSS. No entanto, a década seguinte mostrou que os nacionalismos permaneceram em estado latente, podendo ser instrumentalmente utilizados para fins políticos. Vale mencionar que nos documentos de identidade soviéticos constava o campo “nacionalidade” do portador, que se referia não à cidadania – soviética –, mas à etnia.

IV. O etnonacionalismo e a dissolução da URSS

A ascensão de movimentos etnonacionalistas no final dos anos 1980 foi um dos principais resultados da liberalização do regime, realizada a partir da *perestroika*, em 1985,

¹³ Portal REGNUM. *Nikolay Radov: "Myagkaya belorusizatsiya": stanet li Belorussiya etnokraiey pribaltiyskogo tipa*. Moscou. 29.02.2012. URL: <https://regnum.ru/news/polit/1504565.html>. Último acesso: 04.06.2017.

¹⁴ Portal REGNUM. *Rossiyskaya natsiya – popytka vossozdat sovetskiy narod?* 01.11.2016. In: <https://regnum.ru/news/2200326.html>. Último acesso: 02.06.2017.

¹⁵ *Konstitutsiya SSSR 1977 goda*. 07.10.1977.

e da crise econômica que assolou o país. A identidade “soviética” que vinha sendo construída dissipou-se rapidamente com a difusão de movimentos de independência e autonomia em diversas repúblicas e regiões habitadas por etnias não-russas, o que culminou no fim da URSS em dezembro de 1991.

Adeptos da corrente instrumentalista do nacionalismo afirmam que as autoridades soviéticas lograram neutralizar as tendências etnonacionalistas por muitos anos graças à implementação de diferentes estratégias, dentre elas: a promoção de ideologias, como o comunismo (Gellner, 1997) e a imagem da URSS como a “sentinela da autodeterminação” (Connor, 1984); a construção de arranjos institucionais pseudo-federais (Hughes & Sasse, 2001) – basicamente o etnofederalismo; a introdução de políticas assimilatórias (Kuzio, 2002); e o uso de instrumentos tradicionais de coerção, repressão e controle (Lustick, 1979). Nesse sentido, a ascensão de movimentos nacionalistas teria sido mais uma “consequência” do que uma “causa” da desintegração da União Soviética, visto que eles vieram à tona somente após o colapso do aparato ideológico e de controle do Estado (Hobsbawn, 1990).

Angelo Segrillo considera que os processos nacionais “*serviram como conduits ou canalizadores de insatisfações populares provindas de outras áreas (principalmente a econômica), que encontraram nos movimentos étnicos sua plataforma de expressão mais suficiente*” (SEGRILLO, 2000, p. 169). Como geralmente ocorre em movimentos xenófobos, em tempos de crise e disputa por empregos há uma tendência de reforçar as linhas étnicas (nacionais), a divisão entre o “nós” e “eles”. O nacionalismo também serviu para contornar obstáculos ideológicos, como o “anticapitalismo”, que pudessem resistir às reformas liberalizantes de mercado. A dicotomia entre capitalismo-nacionalismo e socialismo-internacionalismo exerceu importante papel nessa transformação ideológica. Em sua longa jornada de transição do capitalismo para o socialismo e o comunismo, o nacionalismo seria suplantado pelo internacionalismo, com a formação do “povo soviético”. No entanto, a dificuldade em modernizar a economia, junto às reformas da *perestroika*, colocou em dúvida o futuro “socialista” da união. Por fim, Segrillo conclui:

O período soviético, de certa maneira, ‘acordou’ diversas tendências nacionalistas ou étnicas que, sob o czarismo, eram ainda inexistentes ou mantidas subjugadas (latentes) por motivo das políticas claramente imperialistas e repressivas adotadas até então. (SEGRILLO, 2000, p.159).

Nessa mesma corrente, Brubaker afirma que a “engenharia social” e as políticas étnicas adotadas no período socialista estabeleceram os fundamentos estruturais dos conflitos etnoregionais que viriam a atingir diversas regiões do Espaço Pós-Soviético. Essa “etnificação” da política, iniciada com a “nativização” dos anos 1920, Brubaker denominou “multinacionalidade institucionalizada” (Brubaker, 1996). Por sua vez, Hélène Carrère d’Encausse (1978) considera a URSS não um estado multinacional, mas sim imperial. Para

a historiadora, apesar de as lideranças socialistas criticarem as políticas imperialistas de seus antecessores, o período soviético em certos aspectos viu um processo de russificação mais intenso que o do próprio Império Russo. A questão nacional era uma variável independente que afetava o sistema socialista e que poderia culminar na sua desintegração. Encausse foi considerada uma “profetisa” da explosão nacionalista da *perestroika*, por ter preconizado a dissolução da URSS ainda nos anos 1970.

É importante salientar que os nacionalismos foram instrumentalmente utilizados pelas elites locais a fim de maximizarem o seu poder político e se livrarem da subordinação hierárquica a Moscou. Tal processo se acelerou com o rápido enfraquecimento do Partido Comunista e a criação do cargo de Presidente em 1990 – tanto no nível da União, quanto das repúblicas –, que veio a assumir os poderes até então concentrados na cúpula do partido (HUSKEY, 1999). O PC exercia não só um papel ideológico, mas, sobretudo, estrutural – sua capilaridade nas instituições republicanas, regionais e locais garantia a coesão e centralização de todo o sistema em torno do Kremlin. O seu colapso inevitavelmente liberou as “amarras” que sustentavam a hierarquia soviética. Com a realização de eleições diretas para o recém-criado cargo de presidente das repúblicas, o nacionalismo rapidamente ganhou espaço como plataforma de campanha.

A ressonância das manifestações nacionalistas e separatistas variava enormemente de região para região. Em um referendun sobre a conservação da URSS, realizado em março de 1991, as repúblicas eslavas apresentaram os menores resultados favoráveis à manutenção da União – Rússia (71,3%), Ucrânia (70,2%) e Bielorrússia (82,7%). Por sua vez, as repúblicas da Ásia Central, mais dependentes dos recursos de Moscou, votaram esmagadoramente a favor – Uzbequistão (93,7%), Cazaquistão (94,1%), Quirguistão (96,4%), Tadjiquistão (96,2%) e Turcomenistão (97,9%)¹⁶. As repúblicas do Báltico e do Cáucaso, por exceção do Azerbaijão (93,3%), boicotaram as eleições. Ficou evidente que em grande parte das regiões o secessionismo era mais um projeto de elites do que um movimento propriamente popular. Em dezembro de 1991 os líderes da Rússia, Bielorrússia e Ucrânia assinaram o Pacto de Belaveja, encerrando oficialmente os quase 70 anos de existência do estado soviético.

V. As tensões étnicas e os conflitos do Espaço Pós-Soviético

Ao assinarem o Pacto de Belaveja, os líderes das três repúblicas eslavas tinham em mente impedir a propagação de conflitos étnicos semelhantes aos verificados na dissolução

¹⁶ *Soobscheniye Tsentralnoy komissii referenduma SSSR ob itogakh referenduma SSSR, sostoyashegosya 17 marta 1991 goda // Pravda – 27.03.1991.*

da Iugoslávia. Nesse sentido, a imediata criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) representou uma espécie de “divórcio civilizado” entre elas.

Apesar de a dissolução não ter acarretado em conflitos diretos entre as repúblicas da União¹⁷, a mesma tranquilidade não se repetiu internamente a elas, principalmente nas que abrigavam territórios com minorias étnicas. A ascensão de movimentos nacionalistas desatinou causou grande apreensão dessas minorias, que temiam terem sua autonomia administrativa e seus direitos culturais suprimidos. Em algumas situações eclodiram conflitos secessionistas – os casos mais emblemáticos são os da Geórgia (regiões da Ossétia do Sul e Abecásia), Moldávia (Transnístria) e Azerbaijão (Nagorno-Karabakh). A intromissão da Rússia paralisou significativamente as hostilidades militares. Apesar de praticamente não serem reconhecidas internacionalmente, tais regiões são hoje estados independentes *de facto*, e sobrevivem ao isolacionismo graças ao apoio do Kremlin, que utiliza os “conflitos congelados” como instrumento de barganha nas relações com as repúblicas independentes.

Muitos dos estados pós-soviéticos ainda não lograram afirmar uma identidade nacional. A persistência do conceito étnico de nacionalidade (excludente), em detrimento do cívico (inclusivo), é um dos fatores que dificultam a realização de projetos de *state- e nation-building*. A esse cenário soma-se a divisão identitária entre as elites nacionais quanto às relações com a Rússia e o passado soviético. Para Taras Kuzio, esse conflito identitário é resultado das políticas de assimilação promovidas pelo Império Russo e pela União Soviética: “os colonizadores tentaram apagar a memória histórica [das diversas ‘nações’], processo que leva à perda da identidade nacional e os torna mais fáceis de serem colonizados” (KUZIO, 2002, p.247). Ao contrário dos impérios do Ocidente, que conceberam estados-nação antes de darem início à expansão colonial, a Rússia não logrou se constituir como tais. Suas colônias, em vez de ultramarinas, seriam contíguas ao território do núcleo (metrópole). Por esse motivo, haveria uma confusão identitária, “imperialista”, dos russos – seu território seria não apenas onde os russos étnicos vivem, mas todo o espaço da URSS.

Segundo Kuzio, a população e as elites dos países do Espaço “Pós-Colonial” Soviético (Ucrânia, Moldávia, Cazaquistão, dentre outros), são divididas entre “nativistas” e “assimilados” pelos anos de “dominação”, em diferentes proporções. Os primeiros defendem uma revisão historiográfica da nação, em oposição ao passado “colonial” (a Rússia e seus elementos de aculturação, como a língua), pleiteando uma maior aproximação com a Europa. Por sua vez, os últimos têm uma visão mais condizente com a historiografia russa (e soviética), destacando aspectos positivos do passado, na união com o “irmão mais velho” – geralmente são russófonos e defendem uma política externa mais alinhada à Rússia. O status político da língua russa é um dos temas conflitantes entre os “nativistas” e

¹⁷ O caso mais próximo de conflito direto foi entre a Armênia e o Azerbaijão – na região de Nagorno Karabakh.

“assimilados”. Apesar dos esforços de governos promoverem a difusão de uma língua nacional – como, por exemplo, o cazaque e o ucraniano – o russo ainda conta com amplo grau de difusão, principalmente por constituir um importante instrumento de comunicação interétnica nas repúblicas com amplas minorias nacionais. Esse conflito identitário nas elites e na população teve o seu pico nos anos 2000, com a eclosão das chamadas “revoluções coloridas” – movimentos populares, apoiados direta ou indiretamente pelo Ocidente, que levaram à derrubada de governantes pró-Rússia e à ascensão de governos pró-Europa. Dentre as principais revoltas, pode-se mencionar a “revolução das rosas” (Geórgia, 2003), “revolução laranja” (Ucrânia, 2004) e a “revolução lilás” (Moldávia, 2009).

O caso ucraniano merece atenção especial. Ao longo dos anos o sistema partidário-eleitoral do país passou a absorver cada vez mais a divisão identitária entre oeste “pró-Europa” e leste “pró-Rússia” (russófono). No fim de 2013, a recusa do presidente Viktor Yanukovich em assinar um acordo que possibilitaria a adesão do país à União Europeia desatinou a chamada *Euromaidan* – onda de protestos promovidos por manifestantes “pró-Europa” que levaram à derrubada de Yanukovich, pró-Rússia. Temendo a ascensão de grupos nacionalistas, as minorias étnicas russas e russófonas de algumas regiões do leste deram início a um movimento separatista, ocasionando uma das maiores crises geopolíticas dos últimos tempos. A incorporação da Crimeia pela Federação Russa, região de etnia majoritariamente russa, que até 1954 pertencia à RSFS da Rússia¹⁸, abalou profundamente as relações do Kremlin com o Ocidente, sendo possível falar no surgimento de uma nova Guerra Fria. Com o apoio de Moscou, parte das regiões separatistas de Luhansk e Donetsk se tornaram estados independentes *de facto*, ainda que não contem com reconhecimento internacional. A crise ucraniana demonstra a importância da questão etnonacional no Espaço Pós-Soviético para a segurança e estabilidade do sistema internacional contemporâneo.

Outro fenômeno conflitivo, comum ao Espaço Pós-Soviético, são os chamados *pogroms* – motins perpetrados por manifestantes ou grupos nacionalistas contra determinadas minorias (incluindo suas casas e estabelecimentos comerciais), geralmente em locais de elevada tensão étnica. Um dos *pogroms* que ganharam maior ressonância na Rússia foi o de Kondopoga, em 2006. Na ocasião, centenas de manifestantes de etnia russa se revoltaram contra imigrantes do Cáucaso após o assassinato de dois russos por chechenos e daguestaneses. Para controlar a situação, o governo federal teve que intervir com tropas da OMON¹⁹. Por todo o país já foram registradas dezenas de *pogroms*, inclusive em Moscou. Muitos têm como estopim os crimes cometidos por imigrantes do Cáucaso e da Ásia Central – o choque cultural, aprofundado por clivagens confessionais, agrava ainda

¹⁸ Em 1954 o governo soviético transferiu a Crimeia da RSFS da Rússia para a RSS da Ucrânia.

¹⁹ OMON – Unidade Móvel para Finalidades Especiais

mais a situação. A Rússia é hoje o terceiro país do mundo em número de imigrantes (mais de 11 milhões), perdendo apenas para EUA e Alemanha²⁰.

O pior *pogrom* em todo o Espaço Pós-Soviético foi registrado em 2010 no sul do Quirguistão, onde centenas de uzbeques foram brutalmente assassinados após a revolta que derrubou o presidente Kurmanbek Bakiyev. Até hoje, o Vale do Fergana – região de fronteira, delimitada no período soviético, entre Quirguistão, Uzbequistão e Tadjiquistão – possui um elevado grau de tensão étnica.

VI. O etnofederalismo na Rússia contemporânea

Por fim, vale mencionar com mais detalhes a situação etnonacional dentro da própria Rússia. Em grande medida, o país manteve o sistema etnofederal criado na década de 1920 pelo regime bolchevique e se apresenta como um dos poucos estados “multinacionais” existentes no mundo. As regiões do país se subdividem em *oblasts*, *oblasts* autônomos, territórios (*kray*), distritos autônomos e repúblicas – muitas das quais possuem grandes minorias étnicas. Formalmente, não há grandes diferenças administrativas entre essas unidades, por exceção das repúblicas, que podem estabelecer uma língua oficial junto ao russo e gozam de maior status político²¹. A concepção étnica de nacionalidade está enraizada no próprio preâmbulo da Constituição Russa de 1993:

Nós, **povo multinacional** da Federação Russa, unidos por um destino comum na nossa terra, [...] preservando a unidade estatal que se formou ao longo da história, tomando como base os princípios comumente reconhecidos de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, [...], aprovamos a Constituição da Federação Russa”.²²

Assim como na URSS a palavra “soviético” não tinha conotação de identidade nacional, na Rússia há um fenômeno semelhante, herdado do período socialista. Todos são cidadãos russos (*rossiyanye*), mas nem todos são de etnia ou nacionalidade russa (*rusскиye*). Um tártaro tem a cidadania russa (é um *rossiyanin*), mas não tem a nacionalidade russa (não é um *rusский*). A língua oficial do país (*rusский*) é a língua da etnia russa. Essa mesma dicotomia entre cidadania e nacionalidade se repete em outros países pós-soviéticos (cazaque cidadão – cazaque étnico, ucraniano cidadão – ucraniano étnico, e etc), o que dificulta a criação de uma identidade comum a todo o território. Em 2010, o então

²⁰ World Bank. International migrant stock, total. In: World Bank Open Data. URL: http://data.worldbank.org/indicator/SM.POP.TOTL?year_high_desc=true Último acesso: 05.06.2017.

²¹ Seus governadores são chamados de “presidente” e o documento de ordenamento – “constituição”.

²² *Konstitutsiya Rossiskoy Federatsiy: Prinyata vsenarodnym golosovaniem 12 dekabrya 1993 g.* URL: <http://constitution.kremlin.ru/>. Último acesso: 02.06.2017.

premier Vladimir Putin afirmou que a Rússia precisa desenvolver um patriotismo cidadão, supranacional, que una as diversas etnonações – papel semelhante ao que o conceito “soviético” desempenhou no passado:

O Estado soviético conseguiu criar um tipo de conceito que estava acima das relações entre nacionalidades e confissões. [...] Nós não conseguimos até o momento encontrar algo equivalente ao que foi inventado na União Soviética. [...] Eu não me lembro de ter visto qualquer tipo de nacionalismo em Leningrado, e em Moscou e outras partes da União Soviética provavelmente não tinha.²³

Logo após a dissolução da URSS o país se viu ameaçado por movimentos autonomistas centrífugos, o que levou à assinatura do Tratado Federativo, em 1992. A situação se agravou com o separatismo na república da Chechênia, que em 1994 culminou em um conflito armado. O governo central russo, enfraquecido por crises políticas e econômicas, foi privado do controle dessa república por anos. Aproveitando-se da fraqueza de Moscou, outras regiões, especialmente as com grandes minorias étnicas, lograram obter importantes concessões de autonomia – algumas chegaram a firmar tratados bilaterais com o governo federal. Por esse motivo, o sistema russo ficou conhecido como “federalismo assimétrico”. O Tatarstão e Bascortostão, repúblicas ricas em petróleo, estão entre as regiões que mais lograram obter concessões das autoridades centrais, tornando-se praticamente “países” dentro da Rússia. O conflito entre leis regionais e federais trouxe uma grande insegurança jurídica à Rússia dos anos 1990.

A chegada de Vladimir Putin ao poder conseguiu reverter esse período de forte descentralização. Beneficiado pelo rápido crescimento econômico, resultado em parte da valorização do petróleo no mercado internacional, Putin logrou centralizar o sistema administrativo do país. A retomada da Chechênia em 2000 trouxe alta popularidade para o governo federal. Nos anos seguintes, a maioria dos tratados bilaterais com as repúblicas foi extinta ou esvaziada. Foram criados sete distritos federais, abrangendo as mais de 80 regiões do país. Neles, representantes plenipotenciários do presidente (*polpredy*) monitoram a atividade dos governos regionais. A medida mais centralizadora adotada por Putin foi a abolição das eleições diretas para governador, no final de 2004 – todos passaram a ser nomeados pelo presidente. Tal medida perdurou até 2012, mas se mantém em duas repúblicas caucasianas com profundas clivagens étnicas – o Daguestão e a Inguchétia.

Apesar do refortalecimento do governo federal, a situação etnonacional e confessional é ainda tensa em algumas regiões no Cáucaso Norte. Desde o fim da URSS extremistas islâmicos e separatistas promoveram dezenas de atentados terroristas. Dentre

²³ Portal RIA Novosti. *Putin prizval razvivat obsherossiyskiy patriotizm*. 27.12.2010. URL: <https://ria.ru/society/20101227/314101361.html>. Último acesso: 04.06.2017.

os mais marcantes pode-se mencionar o ataque a um teatro de Moscou em 2002, a uma escola na cidade de Beslan em 2004, que deixou mais de 300 crianças mortas, às estações de metrô da capital em 2010, ao aeroporto de Moscou em 2011 e recentemente ao metrô de São Petersburgo.

As repúblicas do Cáucaso estão entre as regiões mais pobres da Rússia, recebendo grandes recursos federais. Algumas delas, como a Chechênia, possuem um status especial nas relações com o Kremlin – seus líderes contam com muito mais autonomia que os governadores de outras regiões russas. Tal *benesse* é retribuída nas eleições: em muitos casos mais de 90% da população vota a favor de Putin e de seu partido, o “Rússia Unida”.

Conclusão

O artigo evidenciou como a reorganização territorial do extinto Império Russo e as políticas étnicas implementadas após a Revolução de Outubro de 1917, em resposta à “questão nacional”, geraram resultados contraditórios que até hoje se manifestam tanto na política interna das ex-repúblicas soviéticas, quanto nas suas relações externas – em algumas situações, exercendo um papel desestabilizador para o próprio sistema internacional.

As medidas adotadas pelo governo socialista durante o período de “nativização” dos anos 1920, incluindo a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, sem dúvida representaram um grande avanço para o processo de descolonização da Rússia. Inúmeras etnias passaram a participar diretamente da administração pública de suas regiões e tiveram seus direitos culturais (principalmente linguísticos) reconhecidos pela primeira vez. Reformas educacionais possibilitaram o desenvolvimento de polos tecnológicos nas regiões periféricas, de maneira que o abismo econômico entre a Rússia central e as demais repúblicas passou a se reduzir gradualmente.

Por outro lado, a “engenharia” sociopolítica bolchevique, baseada no etnofederalismo e no conceito de nacionalidade étnica, em vez de cívica (territorial), contribuiu para a formação de uma sociedade fragmentada em distintas identidades “nacionais”. A ideia de “nação” foi de certa maneira imposta artificialmente de “cima” para “baixo”, tendo em vista que em muitas regiões periféricas prevaleciam outros tipos de identidades (clãs, religiões, localismos e etc). Apesar das políticas de russificação adotadas a partir dos anos 1930 e da gradual formação de uma identidade supranacional, “soviética”, tais identidades “nacionais” lograram se consolidar ao longo dos anos. O colapso do aparato de controle e da ideologia de Estado, que garantiam a coesão do sistema etnofederal soviético, levou à implosão

dessa identidade “supranacional”. Movimentos populares foram instrumentalmente manejados por elites regionais que viram no nacionalismo uma proeminente plataforma política. O resultado direto desse processo foi o fim da própria URSS, mas não se limitou a ele: separatismos atingiram também territórios dentro das repúblicas independentes. O conflito secessionista iniciado em 2014 no leste da Ucrânia demonstra a importância da questão etnonacional para a estabilidade internacional contemporânea.

A maioria dos estados pós-soviéticos passa hoje pelo desafio de migrar do conceito étnico de nacionalidade, excludente, para o cívico, inclusivo. Somente a afirmação de uma identidade comum, que unifique as diversas minorias que habitam os seus territórios, poderá contribuir para a diminuição das tensões étnicas e a promoção de uma maior integração social – condição fundamental para a consolidação da cidadania.

Bibliografia

BRUBAKER, Rogers. *Nationalism Reframed: Nationhood and the National Question in the New Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CONNOR, Walker. *The National Question in Marxist-Leninist Theory and Strategy*. Princeton: Princeton University, 1984.

D'ENCAUSSE, Hélène Carrère. *L' Empire Éclaté: La Révolte des Nations en URSS*. Paris: Flammarion, 2008.

GELLNER, Ernest. *Nationalism*. London: Weidenfeld & Nicholson Helder, 1997.

HOBBSBAWM, Eric. *Nations and Nationalism Since 1780: Programme, Myth and Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HUGHES, James & SASSE, Gwendolyn. *Comparing Regional and Ethnic Conflicts in Post-Soviet Transition States*, *Regional & Federal Studies*, 2001.

HUSKEY, Eugene. *Presidential Power in Russia (New Russian Political System)*. Routledge, September 25, 1999.

KUZIO, Taras. *History, Memory and Nation Building in the Post-Soviet Colonial Space*. In *Nationalities Papers*, Vol.30, No.2, Carfax Publishing, 2002.

LUSTICK, Ian. *Stability in Deeply Divided Societies*, *World Politics*, Vol.31, No.3, 1979.

SEGRILLO, Angelo. *O Declínio da União Soviética*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

STALIN, I.V. *Politika Sovetskoy Vlasti po natsionalnomu voprosu v Rossii (T.1) / Marksizm i natsionalny vopros (T.4)*. In: *Sochineniya*. Moscou: OGIZ, Gosudarstvennoe izdatelstvo politicheskoy literatury, 1946-1947.

TISHKOV, Valery. *Ethnicity, Nationalism and Conflict in and After the Soviet Union: The Mind Aflame*. Sage Publications, 1997.